Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, garantindo a autenticidade, validade jurídica e integridade.

O Município de GUAPIAÇU dá garantia da autenticidade dos documentos vinculados a este site.

Diário Oficial Assinado Eletronicamente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

Entidades do município de GUAPIAÇU - SP

Prefeitura Municipal de Guapiaçu
CNPJ: 45.728.326/0001-78
Av. Abrahão José de Lima, 572
(17) 3267-9700
http://www.guapiacu.sp.gov.br/
diarioeletronicooficial.com.br/diario/guapiacu-sp

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

ATOS OFICIAIS

OUTROS ATOS OFICIAIS

PROCESSO LICITATÓRIO nº 126/2019 – TOMADA DE PREÇO nº 08/2019

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de reforma de piscina, vestiário e minicampo do Sistema de lazer Municipal.

Ante o quando acima exposto e do mais que dos autos consta, JULGAMOS:

1) HABILITADAS ao certame as empresas C.C.M. EDIFICAÇÕES LTDA ME (CNPJ n. 10.749.021/0001-68), GG COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO FERNANDÓPOLIS EIRELLI EPP (CNPJ n. 01.346.134/0001-21), R A C CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELLI (CNPJ n. 21.764.136/0001-48) e VR CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELLI (CNPJ n. 13.527.567/0001-62).

2) INABILITADA ao certame a empresa UNIGRASS AMBIENTAL LTDA (CNPJ n. 22.777.227/0001-80).

A presente ata será publicada na imprensa oficial, no site e mural da prefeitura, meios pelos quais todos ficam intimados e poderão, no prazo de 05 dias úteis, recorrerem contra os atos praticados pela comissão de licitação, nos termos do artigo 109, da Lei Federal n. 8.666/93.

Fica designada para 21/10/2019, às 10 hs a sessão de abertura dos envelopes contendo propostas financeiras das licitantes; data esta sujeita à alteração.

Nada mais havendo encerrou-se a sessão e lavrou-se a presente ata cujo inteiro teor encontra-se disponível no site da prefeitura. Publique-se. Guapiaçu/SP, 09 de outubro de 2019.

Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.